



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Finanças

NOTA TÉCNICA SEFAZ/SUBTES N° 10/2021

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2021.

Assunto: Precificação de rendimentos obtidos em decorrência de contrato de prestação de serviços bancários, incluindo o pagamento da folha de pessoal do Poder Executivo, o pagamento a fornecedores e a centralização do ingresso das receitas estaduais e demais recursos no âmbito do Poder Executivo.

Trata-se de Nota Técnica para apurar o valor de venda pela prestação de serviços de processamento da folha de pagamento, pagamento a fornecedores e centralização da arrecadação das receitas estaduais e ingresso de demais recursos a ser celebrado pelo Estado do Rio de Janeiro.

I - INTRODUÇÃO

2. A venda da administração das folhas de proventos dos servidores públicos municipais e estaduais às instituições financeiras se tornou uma importante fonte de receita para os entes federados. Os bancos promovem intensa disputa entre si e oferecem quantias significativas às Prefeituras e aos Governos Estaduais para obter o direito de tornar-se banco pagador dos salários do funcionalismo público.
3. Nesse contexto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que já efetuou a venda deste ativo em oportunidades anteriores e com proximidade do vencimento do último contrato, assinado no ano de 2017, pretende realizar novo procedimento licitatório para a prestação de serviços bancários. Além da folha, diferentemente do que ocorre em alguns estados, o Estado do Rio de Janeiro agrega a este ativo o direito de exclusividade no ingresso de tributos e demais recursos estaduais, bem como de pagamento de todos os fornecedores que prestam serviços e/ou ofertam produtos aos órgãos e entidades, que compõem a administração direta e indireta do Poder Executivo.
4. As últimas negociações de venda da folha de pagamento dos servidores estaduais e do direito de exclusividade no ingresso de tributos e demais recursos e de pagamento de fornecedores, cuja instituição financeira vencedora foi o Banco Bradesco S/A, resultaram ao Governo Estadual do Rio de Janeiro os seguintes valores:

Prazo de Exclusividade	Quantidade de anos	Valor de Oferta pela Venda
2012-2014	3 anos	R\$ 755 milhões
2015-2016	2 anos	R\$ 500 milhões
2017	1 ano	R\$ 250 milhões
2018 - 2023	5 anos	R\$ 1,3 bilhão
Total		R\$ 2,8 bilhão

5. Com a proximidade do término do contrato junto ao Banco Bradesco S/A, no final do próximo exercício, esta Nota Técnica a finalidade de avaliar os elementos que fundamentam a precificação dos três principais serviços que abrangem o contrato, quais sejam: folha de pagamento de servidores do Estado, pagamento aos fornecedores e serviço de recolhimento de tributos estaduais e demais recursos.
6. Dessa forma, esta Nota Técnica engloba as seguintes seções: histórico das negociações do direito de gerenciamento das contas salário; metodologias empregadas para precificação da administração da folha de pagamento, direito a exclusividade na arrecadação dos tributos e ingresso de demais recurso estaduais e pagamento à fornecedores; metodologias para apuração do valor; e considerações finais.

II - HISTÓRICO DAS NEGOCIAÇÕES DO DIREITO DE GERENCIAMENTO DAS CONTAS SALÁRIO

7. Como mencionado anteriormente, a negociação do direito de gerenciamento da folha de pagamento, importante ativo financeiro, tornou-se essencial e rentável desde o início dos anos 2000.
8. Ocorre que as instituições financeiras possuem uma quantidade enorme de clientes dos mais variados perfis socioeconômico e comportamental. Para a instituição, é possível rapidamente criar grupos negociais de acordo com particularidades comuns, disponibilizar produtos e serviços básicos como: contas de poupança, contas correntes, empréstimos com garantia hipotecária, empréstimos pessoais, cartões de débito, seguros e cartões de crédito, além de oferecer vantagens adicionais, como taxas menores de administração ou de juros, para faixas segmentadas quanto a nível de investimento e/ou renda.
9. Mesmo com a aprovação da portabilidade da conta-salário^[1] em 2006, não houve redução do apetite por este tipo de ativo pelas instituições financeiras. Uma das razões é a grande parcela de empregados que acaba optando por abrir uma conta de depósitos no próprio banco contratado pelo empregador e o valor atrativo das folhas de pagamento do setor público.
10. O quadro a seguir resume as condições negociadas por alguns dos governos estaduais e municipais nos últimos anos.

Quadro I **Condições de Negociação de Direito de Administração de Folhas de Pagamento**

ÓRGÃO	DATA	VENCEDOR	VALOR (R\$)	PRAZO	SERVIDORES	VALOR MÉDIO POR SERVIDOR	VALOR MÉDIO ATUALIZADO (jul/2021)
Governo de Minas Gerais	jul/21	ITAÚ	2.420.000.000,00	60 meses	618.000	3.915,86	3.915,86
Tribunal de Contas - ERJ	dez/20	ITAÚ	18.000.000,00	60 meses	2.246	8.014,25	8.509,21
Prefeitura de Fortaleza	set/19	BRABESCO	230.000.000,00	60 meses	52.339	4.394,43	4.896,70
Estado do Rio Grande do Norte	ago/19	BB	251.000.000,00	60 meses	108.000	2.324,07	2.677,43
Estado do Mato Grosso do Sul	nov/18	BB	165.000.000,00	60 meses	74.624	2.211,08	2.529,05
Estado do Ceará	out/18	BRABESCO	454.000.000,00	60 meses	163.000	2.785,28	3.179,12
Prefeitura de Recife	dez/17	BRABESCO	129.000.000,00	60 meses	38.000	3.394,74	4.022,32
Estado de Goiás	nov/17	CEF	331.941.677,94	42 meses	167.876	1.977,30	2.353,16
Prefeitura Rio de Janeiro	set/17	SANTANDER	490.000.000,00	60 meses	200.000	2.450,00	2.936,16
Valor médio por servidor						3.496,33	3.891,00

* Índice de referência IPCA acumulado no período.

11. Para análise, considerou-se o período de 60 meses como prazo de contratação para a administração da folha de pagamento.
12. O valor médio da amostra acima foi de R\$ 3.496,33^[2], que, atualizado pelo índice IPCA acumulado no período, até julho de 2021, equivale a R\$ 3.891,00.

III - METODOLOGIAS PARA PRECIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE FOLHAS DE PAGAMENTO, DIREITO A EXCLUSIVIDADE NA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS E INGRESSO DE DEMAIS RECURSOS ESTADUAIS E PAGAMENTO A FORNECEDORES

13. O Contrato de Prestação de Serviços de Processamento de Folha de Pagamento e Outras Avenças, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o BERJ S/A – em liquidação, e posteriormente, cedido ao Banco Bradesco S/A, engloba os seguintes serviços: (i) pagamento da folha salarial dos servidores ativos e inativos; (ii) exclusividade na arrecadação de tributos e demais recursos estaduais e, (iii) exclusividade no pagamento a fornecedores.
14. A precificação pela administração dos serviços acima elencados pode ser determinada com o emprego de duas metodologias, que visam proporcionar uma base para negociação com as instituições financeiras interessadas, quais sejam:
 - (i) comparação da oferta recebida com os resultados obtidos pelas alienações das folhas de pagamento em outros estados e/ou municípios; e
 - (ii) avaliação dos ganhos potenciais derivados do possível rendimento de nova carteira de clientes (funcionários e fornecedores do Estado do Rio de Janeiro), arrecadação exclusiva dos tributos e demais recursos estaduais do Estado do Rio de Janeiro e, ainda, detenção de todas as contas estaduais.
15. Ambas as metodologias apresentam fragilidades. Enquanto a primeira metodologia carece de elementos para uma discussão técnica mais profunda, a segunda, apesar de aproximar-se mais da análise efetuada pelas instituições financeiras, exige uma quantidade considerável de suposições.
16. O cálculo estimativo do preço mínimo de referência para o objeto da presente licitação caracteriza-se por razoável grau de dificuldade, considerando-se a existência de diversas variáveis de difícil controle.
17. Em particular, a aplicação da segunda metodologia requer hipóteses, dado que a única variável conhecida é o valor da folha. Sabe-se que a administração da folha de pagamento não garante a absoluta fidelização dos **clientes**. Supõe-se, portanto, que apenas um percentual dos

empregados (titulares dos valores constantes na folha de pagamento) demandará serviços bancários e/ou financeiros do banco que detém a folha.

18. De fato, apenas uma parte destes empregados utilizará serviços de outros bancos. Atualmente, cabe ao funcionário escolher onde receber seus proventos e, desse modo, tal possibilidade reduz os incentivos para que este eleja o banco “intermediador” do pagamento como ofertante dos seus serviços bancários e/ou financeiros.
19. No que tange à fidelização de **fornecedores**, esta é garantida, pois, no caso atual do Estado do Rio de Janeiro, há, inclusive, Decreto Estadual nº 43.181, de 08 de setembro de 2011, que determina que o pagamento de todos os prestadores de serviços e/ou ofertantes de bens e produtos para os órgãos da administração direta e indireta estadual será executado pelo Banco Bradesco S/A.
20. Outro ponto que deve ser avaliado são os ganhos potenciais que a instituição financeira obterá com o direito a exclusividade da arrecadação dos tributos e demais recursos estaduais.
21. Isto posto, levando-se em conta estas complexidades, entendeu-se que seria útil desenvolver este exercício analítico.

III.1 – METODOLOGIAS PARA APURAÇÃO DO VALOR

III.1.1 – PESQUISA DE MERCADO – LEILÕES EQUIVALENTES

22. Com base no Quadro I, o valor médio pago por servidores em leilões de folhas recentes foi de R\$ 3.496,33, sendo que o valor em cada leilão varia, dependendo da concentração do órgão e do valor médio dos salários. Observa-se, por exemplo, que o Tribunal de Contas do ERJ obteve o valor mais alto, de R\$ 8.014,25 por funcionário, enquanto o estado de Goiás gerou receitas de R\$ 1.977,30 por funcionário.
23. Atualizando-se o valor médio, a partir do índice IPCA acumulado no período, verifica-se que o valor médio atualizado para julho de 2021 é de R\$ 3.891,00.
24. Considerando o número de servidores do Estado do Rio de Janeiro, do poder Executivo, que é de, aproximadamente, 433 mil servidores, entre ativos, inativos e pensionistas, concluiu-se que o valor estimado para a folha estadual, atualmente, seria de 1,68 bilhão.

Quadro II
Valor Estimado para a Folha do Estado do Rio de Janeiro

Negociações	Valor médio por servidor (A)	Número de servidores (B)	Valor estimado da folha (C) = (A) x (B)
Valor médio das negociações pesquisadas	3.496,33	432.979	1.513.839.316,34
Valor médio atualizado das negociações pesquisadas	3.891,00		1.684.722.045,62

Fonte: SUBTES/SEFAZ

25. Como pontuado anteriormente, essa primeira metodologia é bem mais simplista. Isto porque nem todos os Estados analisados envolvem as mesmas características do Contrato celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Bradesco S/A. Visto que, nem todos os Estados negociaram, juntamente com a folha salarial, as exclusividades de arrecadação de tributos e taxas estaduais e, ainda, de pagamentos aos fornecedores. Ressaltando ainda, que por suas características econômicas, os Estados não possuem a mesma base salarial para seus servidores.

III.1.2 – AVALIAÇÃO ANALÍTICA PELO POTENCIAL DE GANHO EM SERVIÇOS INDIVIDUAIS

26. Esta segunda metodologia procura avaliar os rendimentos obtidos, pela instituição financeira, com diferentes fontes de receitas que uma negociação deste conjunto de ativo poderia gerar. Essas fontes de receitas podem ser segmentas em três grandes grupos, quais sejam: (i) oriundas da fidelização dos servidores estaduais; (ii) decorrentes do direito à exclusividade da arrecadação de tributos e demais recursos estaduais; e, (iii) derivadas do direito a exclusividade dos pagamentos a fornecedores estaduais.
27. Para a apuração das possíveis receitas oriundas da administração da folha de pagamentos do Estado do Rio de Janeiro, foram considerados os seguintes indicadores macroeconômicos:

Indicadores Macroeconômicos (2017-2022*)

	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Inflação IPCA (% a.a., fim de período)	6,11	3,75	3,25	3,16	3,16	3,16
Taxa SELIC (% a.a., fim de período)	6,63	7,00	6,50	6,50	6,50	6,50

Fonte: Banco Central do Brasil

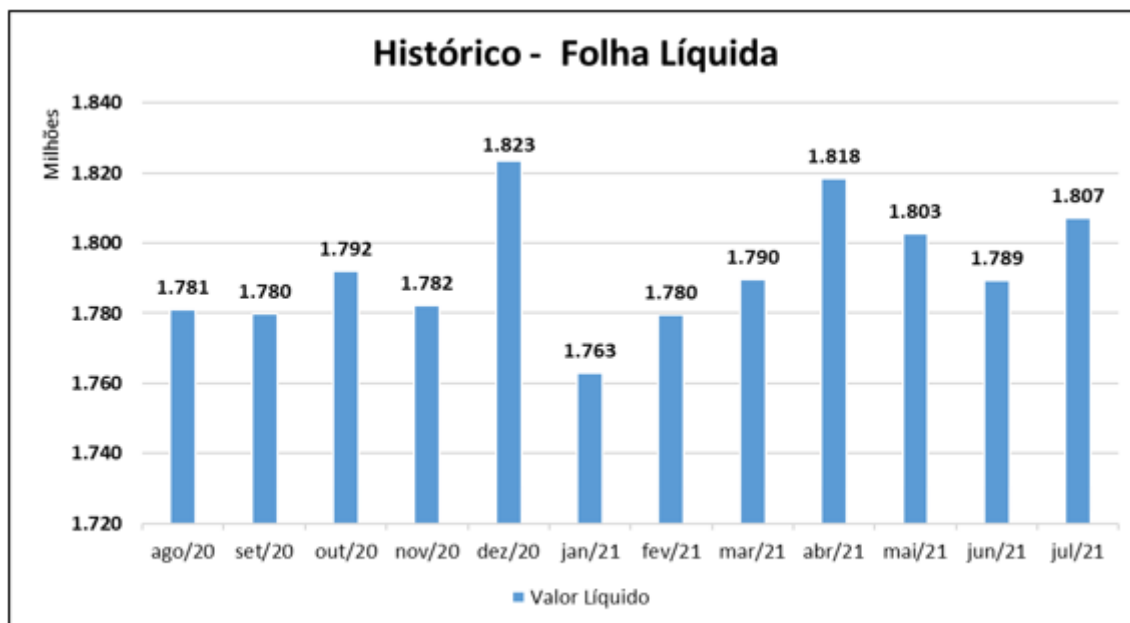
* Expectativas de Mercado, Mediana - Relatório FOCUS, de 09 de julho de 2021.

28. Para a elaboração do cálculo, buscou-se considerar, ainda, os produtos que as instituições financeiras podem oferecer aos servidores, tais como: empréstimos (consignado, imobiliário, veicular), cheque especial, tarifas, investimentos, etc., considerando as premissas a seguir.

Premissas - Fidelização dos Servidores Estaduais

Indicadores	Parâmetro	Fonte
Valor da folha líquida mensal	R\$ 1,81 bi	CASA CIVIL (JUL/2021)
Crescimento vegetativo (média 2016-2020)	3,39% a.a.	CASA CIVIL (DEZ/2020)
Reajuste salarial (média 2017-2022)	-	RRF-ERJ
Taxa média cheque especial	125,47% a.a.	Banco Central do Brasil
Taxa média empréstimos consignados	18,91% a.a.	Banco Central do Brasil
Depósito Compulsório	17%	Banco Central do Brasil
Número de servidores (ativos e inativos)	433 mil	CASA CIVIL (DEZ/2020)
Risco	2%	SUBFIN/SEFAZ
Tempo de permanência para pagamento a servidores (float)	2 dias	SUBFIN/SEFAZ
Taxa de saída de servidores (portabilidade)	30%	SUBFIN/SEFAZ

29. No gráfico a seguir é exibido o histórico de pagamento da folha líquida das administrações direta e indireta (ativos, inativos e pensionistas) do poder executivo do ERJ, no período de ago/2020 a jul/2021. Certificando que o pagamento líquido mensal se encontra próximo de R\$ 1,80 bilhão por mês.



Fonte: SECC

30. Avaliou-se, conforme demonstrado no Quadro III a seguir, o potencial ganho pela instituição financeira com a fidelização dos servidores estaduais.

Quadro III
Potencial de ganhos com a Fidelização dos Servidores Estaduais^[3]

Ano	Receita				Resultado	Taxa de desconto		VPL	
	Receita Empréstimos Consignado	Receita Cheque Especial	Receita float	Receita Tarifa		SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO	SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO
2023	263.450.886,84	35.925.474,47	14.190.970,61	14.695.209,22	328.262.541,13	18,63%	32,85%	276.713.483,89	247.092.963,60
2024	275.579.588,07	37.217.590,49	14.672.044,51	14.695.209,22	342.164.432,29	25,30%	43,21%	273.075.155,73	238.921.967,93
2025	288.498.871,21	38.590.814,37	15.169.426,82	14.695.209,22	356.954.321,62	29,63%	51,17%	275.362.295,35	236.120.588,97
2026	298.710.009,24	39.956.698,86	15.683.670,39	14.695.209,22	369.045.587,70	34,12%	59,59%	275.164.649,97	231.240.440,19
2027	311.781.394,97	41.311.230,95	16.215.346,81	14.695.209,22	384.003.181,95	38,78%	68,52%	276.697.343,02	227.866.534,55
Total	1.438.020.750,33	193.001.809,14	75.931.459,14	73.476.046,08	1.780.430.064,69	146,46%	255,35%	1.377.012.927,96	1.181.242.495,24

Fonte: SUBTES/SEFAZ

31. Assim, depreende-se do Quadro acima que as instituições financeiras podem obter ganhos potenciais de até R\$ 1,78 bilhão, de 2023 até 2027, ou R\$ 1,18 bilhão em Valor Presente Líquido - VPL, com a fidelização dos servidores estaduais.
32. O contrato de agente financeiro do Estado abarca a prestação de serviço referente ao pagamento de folha de pessoal, fornecedores e a exclusividade do serviço de arrecadação de tributos e demais recursos estaduais. Para estes serviços, estão definidos prazos para os recursos serem creditados nas contas específicas de float.
33. No que tange à avaliação dos ganhos potenciais decorrentes do direito a exclusividade da arrecadação dos tributos e demais recursos estaduais, foram consideradas as seguintes hipóteses:

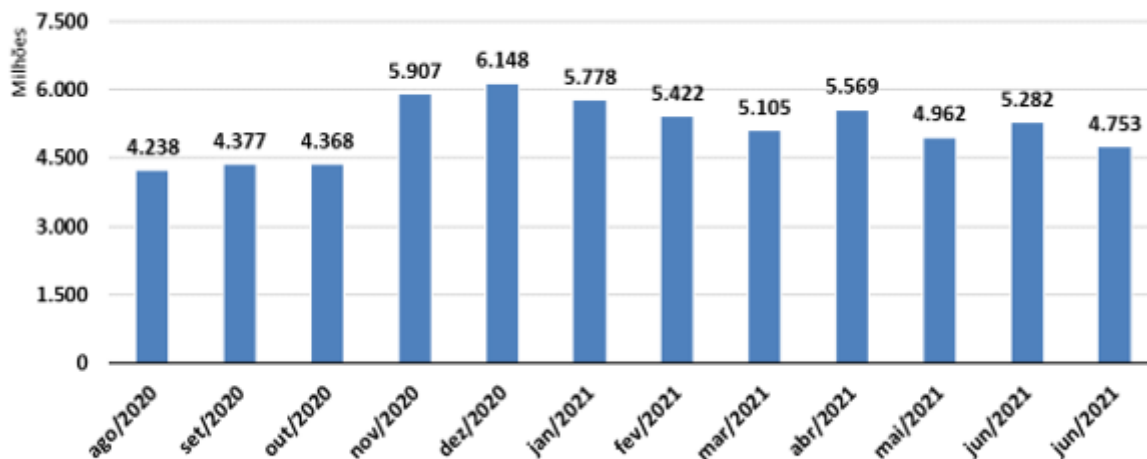
Premissas - Exclusividade da Arrecadação Estadual

Indicadores	Parâmetro	Fonte
Previsão de arrecadação (2023-2027)	R\$ 364 bilhões	SUPOF/SEFAZ
Previsão das internalizações* (2023-2027)	R\$ 166,6 milhões	SUCADP/SUBFIN/SEFAZ
Tempo de permanência para arrecadação de tributos e taxas estaduais (float)	2 dias	SUBFIN/SEFAZ

*Valores em R\$ encaminhado pelos órgãos executores

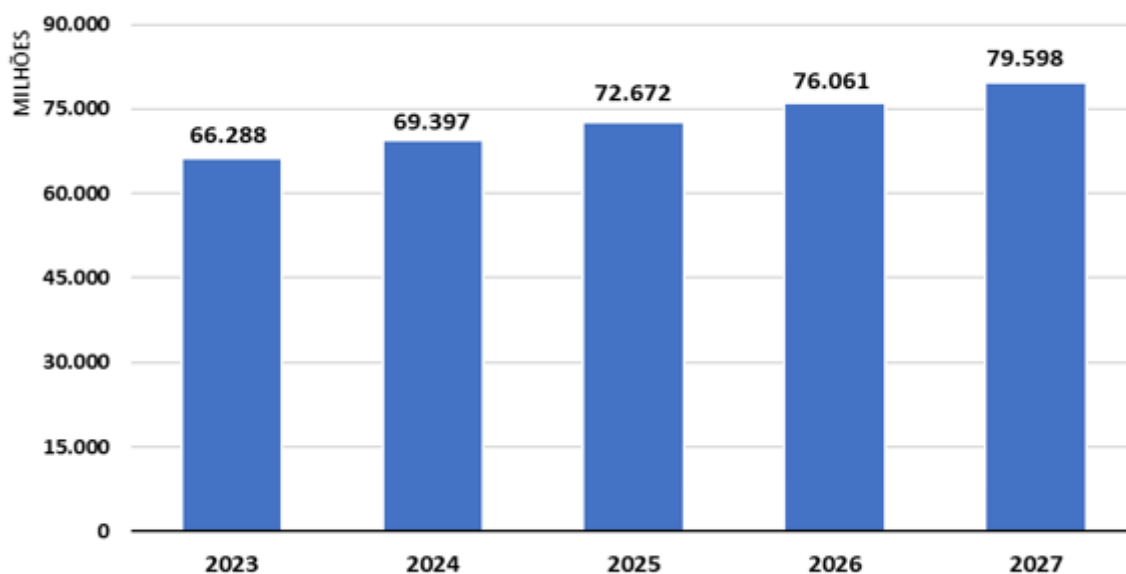
34. Os gráficos seguir exibem o histórico e a previsão da receita tributária. O primeiro traz o comportamento da receita no período de 12 meses (ago/2020 – jul/2021), demonstrando que a mesma alcançou e se estabilizou num patamar acima dos R\$ 4 bilhões mensais. O segundo exhibe a projeção anual da receita tributária no período de 2023 – 2027, evidenciando uma tendência de alta com crescimento médio de, aproximadamente, 4,7% a.a. no período analisado.

Histórico - Receitas Tributárias



RREO – 3º bim

Previsão - Receita Tributária Anual



Fonte: SUPOF/SEFAZ

35. O Quadro IV evidencia que o potencial ganho em relação à exclusividade da arrecadação estadual com 2 dias de float, para o período de 2023 a 2027, pode alcançar, aproximadamente, R\$ 146,8 milhões, ou R\$ 98,0 milhões em VPL.

Quadro IV

Potencial de ganhos decorrentes do direito à exclusividade da arrecadação estadual

Ano	Receita			Resultado	Taxa de desconto		VPL	
	Float	Câmbio	Aplicação		SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO	SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO
2023	28.747.383,60	29.636,46	-	28.777.020,06	18,36%	32,46%	24.312.909,91	21.725.668,54
2024	27.505.270,50	29.421,49	-	27.534.691,99	25,18%	42,99%	21.996.106,15	19.255.991,22
2025	28.795.418,15	24.208,52	-	28.819.626,67	29,51%	50,94%	22.253.508,04	19.092.995,58
2026	30.154.465,66	-	-	30.154.465,66	33,99%	59,35%	22.505.244,94	18.923.514,13
2027	31.560.766,74	-	-	31.560.766,74	38,65%	68,26%	22.763.664,28	18.757.179,30
Total	146.763.304,65	83.266,48	-	146.846.571,13	29,00%	50,22%	113.831.433,31	97.755.348,77

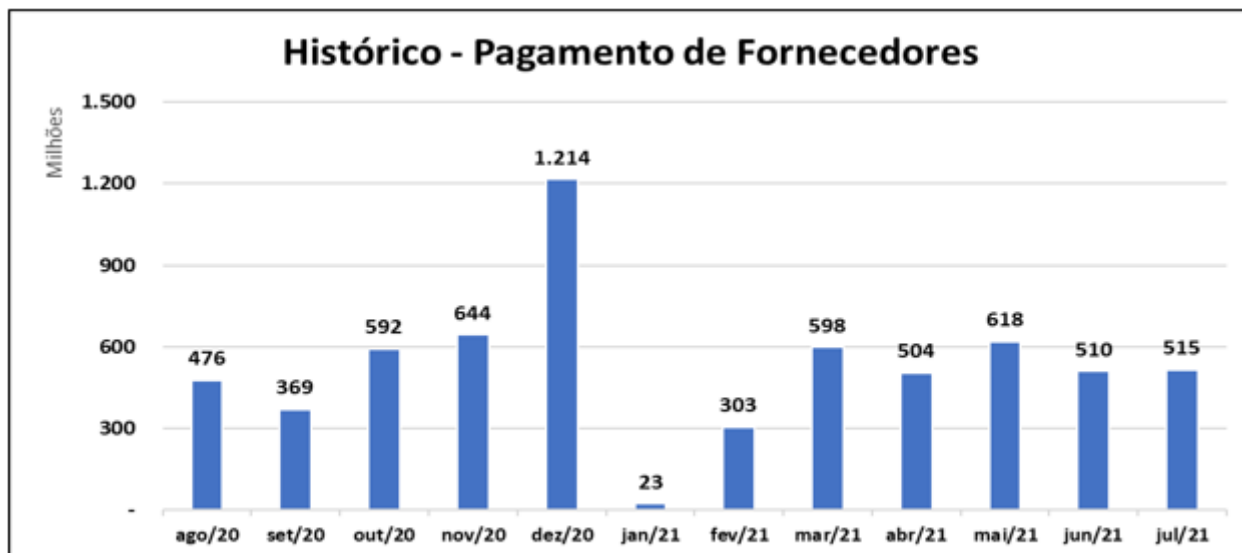
Fonte: SUBTES/SEFAZ

36. Para o cálculo do potencial de ganho derivado dos pagamentos aos fornecedores prestadores de bens e/ou serviços ao Estado, foram definidos alguns parâmetros, quais sejam:

Premissas - Exclusividade dos Pagamentos a Fornecedores Estaduais

Indicadores	Parâmetro	Fonte
Média do número de fornecedores nos últimos 12 meses	2.390	SUBFIN/SEFAZ
Média do montante pago nos últimos 12 meses (despesas de custeio e capital)	R\$ 530 milhões	SUBFIN/SEFAZ
Tempo de permanência para pagamento a fornecedores (float)	3 dias	SUBFIN/SEFAZ
Taxa média de cheque especial	312,29% a.a.	Banco Central do Brasil
Taxa média de antecipação de recebíveis	10,68% a.a.	Banco Central do Brasil
Depósito compulsório	17%	Banco Central do Brasil
Exclusão dos valores pagos pertinentes a guias de impostos, pagamentos a pessoa física e transferências a outros órgãos		

37. JuntXportante informação para a análise do serviço de que se trata neste ponto.



Fonte: SUBTES /SEFAZ

38. Com base nas premissas supra definidas, pode-se inferir que o ganho potencial derivado no que tange ao direito de exclusividade dos pagamentos aos fornecedores do Estado, é de, aproximadamente, R\$ 342,4 milhões, ou R\$ 227,1 a VPL, para o período de 2023 a 2027, como demonstrado no Quadro a seguir.
39. Cabe ressaltar que o volume mensal de pagamentos aos fornecedores terá um forte incremento devido à outorga da CEDAE, R\$ 22,69 bilhões, uma vez que parte deste recurso será direcionado a projetos estruturantes do ERJ, pelos próximos anos.
40. Já no exercício corrente, 2021, ingressou na Conta Única do Tesouro Estadual – CUTE a primeira parcela de R\$ 14,75 bilhões, dos quais R\$ 8,38 bilhões permanecerão com o ERJ, o que possibilitará o aumento dos investimentos nas áreas priorizadas pelo governo. Ainda está previsto o ingresso de mais duas parcelas de R\$ 3,40 bilhões e R\$ 4,54 bilhões nos anos de 2022 e 2025 respectivamente, dos quais R\$ 1,93 bilhão e R\$ 2,27 bilhões para o ERJ.

Quadro V

Potencial de ganhos derivados do direito a exclusividade dos pagamentos aos fornecedores estaduais

Ano	Receita				Resultado	Taxa de desconto		VPL	
	Receita Antecipações	Receita Cheque Especial	Receita float	Receita Tarifa		SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO	SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO
2023	52.467.022,15	2.663.357,97	4.193.316,08	1.434.000,00	60.757.696,19	18,53%	32,65%	51.260.761,21	45.803.909,11
2024	56.188.056,10	2.852.247,01	4.427.093,45	1.434.000,00	64.901.396,55	25,18%	42,99%	51.846.521,78	45.387.859,16
2025	59.320.540,22	3.011.259,78	4.673.903,91	1.434.000,00	68.439.703,91	29,51%	50,94%	52.846.746,37	45.341.287,01
2026	62.627.660,34	3.179.137,51	4.934.474,05	1.434.000,00	72.175.271,90	33,99%	59,35%	53.866.720,46	45.293.781,45
2027	66.119.152,41	3.356.374,43	5.209.570,98	1.434.000,00	76.119.097,81	38,65%	68,26%	54.902.011,78	45.239.064,61
Total	296.722.431,22	15.062.376,68	23.438.358,46	7.170.000,00	342.393.166,36	145,85%	254,19%	264.722.761,60	227.065.901,35

Fonte: SUBTES/SEFAZ

41. Por fim, o potencial de ganho total do conjunto de ativos (i) fidelização dos servidores; (ii) exclusividade de arrecadação e, (iii) exclusividade de pagamento a fornecedores, equivale, para o período de 2023 a 2027, a R\$ 2,27 bilhões, ou R\$ 1,51 bilhão em VPL.

Quadro VI

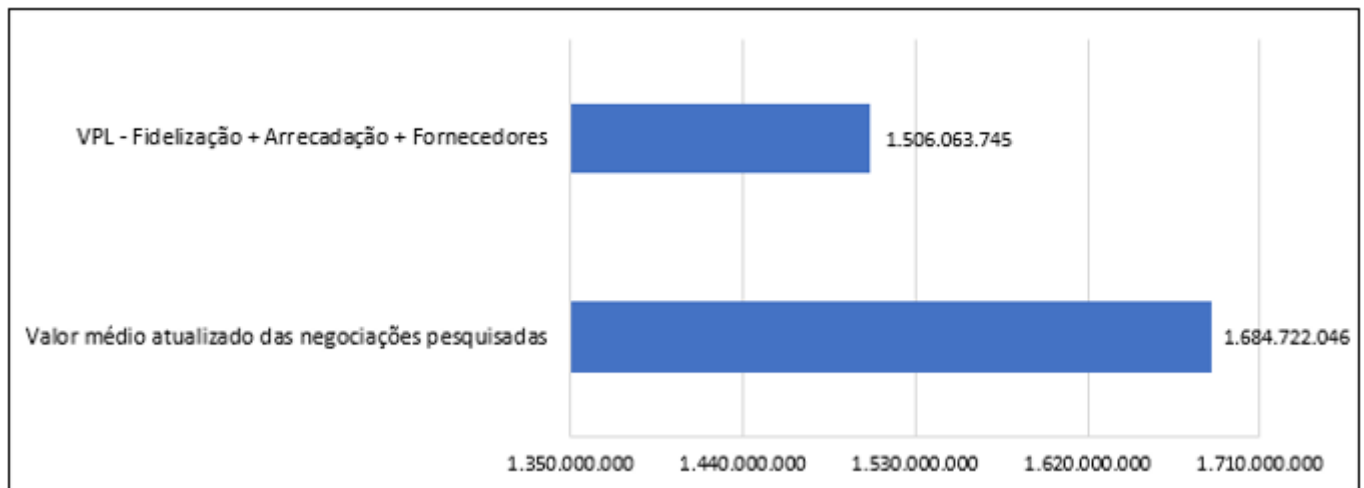
Potencial de ganhos derivados do conjunto de ativos

Ano	Derivado da "Fidelização" Servidores Estaduais			Exclusividade da Arrecadação			Exclusividade dos Fornecedores			Total Geral		
	Total Fidelização	SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO	Total Arrecadação	SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO	Total Fornecedores	SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO	Total Serviços	SELIC REAL	SELIC REAL + PRÊMIO
2018	328.262.541,13	276.713.483,89	247.092.963,60	28.777.020,06	24.312.909,91	21.725.668,54	60.757.696,19	51.260.761,21	45.803.909,11	417.797.257,38	352.287.155,01	314.622.541,25
2019	342.164.432,29	273.075.155,73	238.921.967,93	27.534.691,99	21.996.106,15	19.255.991,22	64.901.396,55	51.846.521,78	45.387.859,16	434.600.520,82	346.917.783,66	303.565.818,31
2020	356.954.321,62	275.362.295,35	236.120.588,97	28.819.626,67	22.253.508,04	19.092.995,58	68.439.703,91	52.846.746,37	45.341.287,01	454.213.652,20	350.462.549,76	300.554.871,56
2021	369.045.587,70	275.164.649,97	231.240.440,19	30.154.465,66	22.505.244,94	18.923.514,13	72.175.271,90	53.866.720,46	45.293.781,45	471.375.325,27	351.536.615,36	295.457.735,78
2022	384.003.181,95	276.697.343,02	227.866.534,55	31.560.766,74	22.763.664,28	18.757.179,30	76.119.097,81	54.902.011,78	45.239.064,61	491.683.046,51	354.363.019,08	291.862.778,46
TOTAL	1.780.430.064,69	1.377.012.927,96	1.181.242.495,24	146.846.571,13	113.831.433,31	97.755.348,77	342.393.166,36	264.722.761,60	227.065.901,35	2.269.669.802,17	1.755.567.122,88	1.506.063.745,36

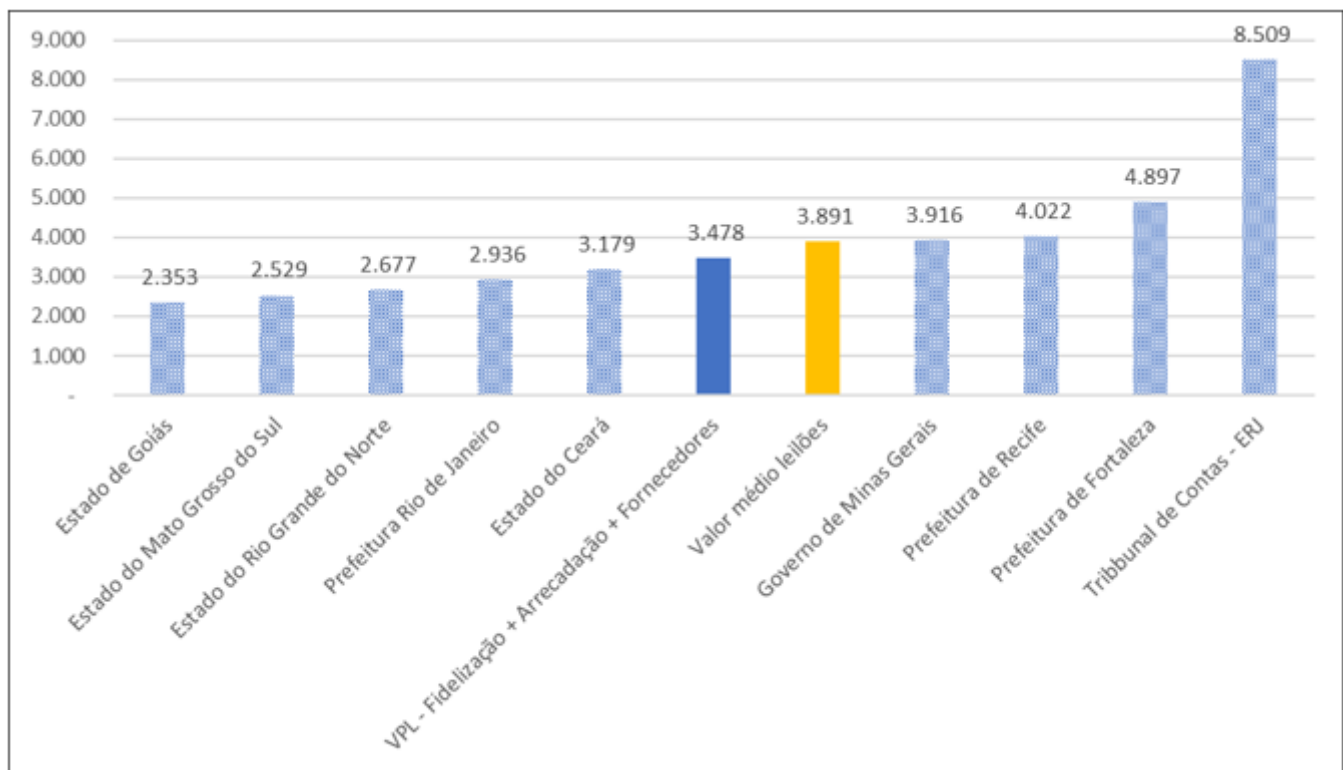
Fonte: SUBTES/SEFAZ

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

42. Considerando o valor médio das pesquisas de mercado (leilões equivalentes) e o valor da análise através avaliação analítica pelo potencial de ganho em serviços individuais o valor sugerido para a venda dos serviços mencionados flutua entre R\$ 1,50 bilhão e R\$ 1,68 bilhão.



43. Isto representa que o valor médio calculado por servidores R\$ 3.891, é similar aos leilões recentes comentados no Quadro I - Condições de Negociação de Direito de Administração de Folhas de Pagamento.



À apreciação superior,

ALESSANDRO LIMA DA ROCHA

Coordenador de Controle de Pagamento de Pessoal

ID: 4380758-5

De acordo,

RAFAEL CARVALHO FALCÃO

Superintendente de Gestão do Caixa Estadual

ID: 5109320-0

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretaria-Geral de Fazenda e Planejamento para subsidiar edital para contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários.

ROBERTO GOMIDES DE BARROS FILHO

Subsecretário do Tesouro Estadual

ID: 5006931-4

[1] A conta salário é uma conta aberta por iniciativa e solicitação do empregador para efetuar o pagamento de salários aos seus empregados. Essa conta não é uma conta de depósitos à vista, pois somente pode receber depósitos do empregador, não sendo admitidos depósitos de quaisquer outras fontes. Pode ser utilizada também para o pagamento de proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

[2] Valor médio equivale ao valor total pago pelas instituições financeiras pelo número total dos servidores.

[3] Outras hipóteses típicas na indústria financeira seriam as seguintes:

1. O volume atual de crédito consignado mensal é de 7% da folha líquida com potencial de atingir 10%;
2. ganho médio com cheque especial, calculado com base no estudo do Bacen - Cheque Especial: Estatísticas adicionais sobre sua utilização, Estudo Especial nº 60/2019
3. tarifas de serviço podem ser agrupadas entre aquelas com cheques e aquelas compradas por outros serviços ofertados pelo banco, estimando-se um valor médio de R\$ 30 por mês sobre um universo de 70% dos funcionários; e
4. tarifa de renovação de empréstimos, que se daria periodicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Carvalho Falcão, Superintendente**, em 24/09/2021, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Lima da Rocha, Coordenador**, em 24/09/2021, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Gomides de Barros Filho, Subsecretário**, em 24/09/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **22671096** e o código CRC **E4BEE5BD**.